e a partir de 15 de Maio do corrente ano, à Legação de Portugal em Caracas a quantia de bolivares 750,00 para ocorrer ao pagamento de salários ao pessoal assalariado abaixo designado daquela Legação, pela verba do n.º 3) do artigo 22.º, capítulo 3.º, do orçamento em vigor:

	Bolivares
Dactilógrafo	350,00
Empregado	150,00
Porteiro	250,00

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas).

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 27 de Maio de 1946.—Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, *António Pedro Pinto de Mesquita*, Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Portaria n.º 11:363

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, abonar mensalmente, e a partir de 1 de Maio do corrente ano, ao Consulado de Portugal em Cantão as quantias abaixo designadas para ocorrer ao pagamento de salários ao pessoal assalariado do Consulado, pela verba do n.º 3) do artigo 35.º, capítulo 4.º, do orçamento em vigor:

Intérprete	9.000\$00
Arquivista	2.871\$00
Escrivário	1.160\$00
Contínuo	580\$00

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas).

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 27 de Maio de 1946.—Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, *António Pedro Pinto de Mesquita*, Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Portaria n.º 11:364

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, abonar mensalmente, e a partir de 1 de Maio do corrente ano, ao Consulado de Portugal em Xangai as quantias abaixo designadas para ocorrer ao pagamento de salários ao pessoal assalariado do Consulado, pela verba do n.º 3) do artigo 35.º, capítulo 4.º, do orçamento em vigor:

	Francos suíços
Chanceler	500,00
Escrivão do tribunal	250,00
Escrivário-dactilógrafo	190,00
Oficial de diligências	190,00
Dactilógrafo	140,00
Porteiro	90,00
Contínuo	90,00
Servente	80,00

	Dólares americanos
Intérprete chinês	300,00

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas).

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 27 de Maio de 1946.—Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, *António Pedro Pinto de Mesquita*, Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones

Direcção dos Serviços de Exploração

Portaria n.º 11:365

Verificando-se a conveniência de reduzir a sobretaxa aplicável às correspondências-avião do regime interno permutadas por via aérea entre Lisboa e Porto, torna-se necessário alterar o coeficiente estabelecido pela portaria n.º 11:165, de 15 de Novembro de 1945.

Assim, e com fundamento no disposto no § 2.º do artigo 7.º do decreto-lei n.º 31:421, de 26 de Julho de 1941, manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que se adopte para a tarifação respectiva o coeficiente 1.

A sobretaxa derivada da aplicação deste coeficiente entrará imediatamente em vigor.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 27 de Maio de 1946.—Pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Roberto de Espregueira Mendes*, Subsecretário de Estado das Comunicações.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fomento Colonial

Decreto-lei n.º 35:666

Tendo-se verificado a necessidade de modificar a orgânica estabelecida no decreto-lei n.º 33:508, de 27 de Janeiro de 1944, para o estudo dos problemas de estradas, hidráulica e arborização nas diferentes ilhas do arquipélago de Cabo Verde;

Considerando que é indispensável e urgente fazerem-se na mesma colónia estudos respeitantes ao fomento agrícola e, em especial, à defesa e conservação do solo;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É o Governo autorizado a criar e enviar ao arquipélago de Cabo Verde as brigadas técnicas necessárias para a realização:

- De estudos de hidráulica, fomento agrícola e florestal, de defesa e conservação do solo e de estradas;
- De obras projectadas, sempre que a colónia não disponha dos precisos elementos.

§ 1.º O Ministro das Colónias, por despacho, definirá os objectivos de cada uma das brigadas, fixará a sua organização e quadros do pessoal e aprovará o respectivo programa de trabalhos.

§ 2.º O governo de Cabo Verde deverá fornecer, até 31 de Outubro do corrente ano, os elementos justificativos da criação de brigadas destinadas à execução de objectivos não previstos no decreto-lei n.º 33:508 e bem assim os dados úteis ao estabelecimento dos planos de actuação dos organismos que se devam constituir de acordo com o presente diploma.

Art. 2.º O Ministro das Colónias fica autorizado a contratar o pessoal necessário à constituição das brigadas referidas no artigo anterior e a fixar os respectivos vencimentos e demais condições dos contratos.

§ 1.º As brigadas admitirão na colónia de Cabo Verde o pessoal que for necessário à boa e regular execução dos seus trabalhos.